

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Melgaço

INFORMAÇÃO DO REQUERENTE

Nome/Designação: _____
Morada/Sede: _____
Freguesia: _____ Código Postal: _____ Concelho: _____
Cartão de Cidadão/BI: _____ Data de validade: _____ Arq. identificação: _____
NIF: _____ Tipo: _____ Telm: _____ Telf: _____
Fax: _____ Website: _____ Email: _____
Qualidade em que efetua o pedido: _____
Representado por: _____

EXPOSIÇÃO DO PEDIDO

DESCRIÇÃO DA NATUREZA E DESTINO DOS TRABALHOS A EFETUAR

LOCALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO
Lugar: _____ Rua: _____ Freguesia: _____
DADOS DA PROPRIEDADE
N.º de descrição no registo predial: _____ N.º na inscrição da matriz predial: _____
CONFRONTAÇÕES
Norte: _____
Nascente: _____
Sul: _____
Poente: _____
ANTECEDENTES URBANÍSTICOS
Informação prévia Operação de loteamento
Nome do requerente: _____ N.º de processo: _____

ANEXOS

- Documento que comprove o interesse legítimo (quando o pedido for efetuado por terceiros)
- Certidão permanente do registo predial ou indicação do código de acesso, ou
- Certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial (quando prédio omissivo)

ANEXOS

- Planta de localização, à escala 1:1.000, com delimitação do prédio e respetiva área de enquadramento, bem como a indicação das coordenadas geográficas dos limites
- Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, com identificação do prédio e a respetiva área, assim como do espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano)
- Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção, as áreas impermeabilizadas e os respectivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações
- Memória descritiva contendo:
 - Área objeto do pedido
 - Caracterização da operação urbanística
 - Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis
 - Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação
 - Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes
 - Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos
 - Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas;
 - Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno e, em função da operação urbanística, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afectar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis
- Declaração de conformidade dos elementos instrutórios nos suportes papel e digital
- Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que lhe confira a faculdade de realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, sempre que tal comprovação não resulte diretamente da certidão permanente do registo predial
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, caso exista e esteja em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhada de declaração dos autores e coordenador dos projetos de que a operação respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE
- Cópia da notificação do deferimento do pedido de licenciamento da operação de loteamento ou indicação do respetivo procedimento administrativo
- Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador de projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho
- Pareceres, autorizações ou aprovações das entidades externas cuja consulta seja obrigatória, exceto se estas já se pronunciaram favoravelmente no âmbito da operação de loteamento ou plano de pormenor, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do RJUE, caso em que será indicado o procedimento e os termos em que tal pronúncia ocorreu
- Planta da situação existente, à escala de 1:1.000 ou superior, correspondente ao estado e uso actual do terreno e de uma faixa envolvente com dimensão adequada à avaliação da integração da operação na área em que se insere, com indicação dos valores naturais e construídos, de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e infra-estruturas existentes

ANEXOS

- Projetos das especialidades que integrem a obra, designadamente das infra-estruturas viárias, redes de abastecimento de águas, esgotos e drenagem, de gás, de eletricidade, de telecomunicações, arranjos exteriores, devendo cada projeto conter memória descritiva e justificativa, bem como os cálculos, se for caso disso, e as peças desenhadas, em escala tecnicamente adequada, com os respetivos termos de responsabilidade dos técnicos autores dos projetos
- Calendarização da execução da obra, com estimativa do prazo de início e de conclusão dos trabalhos
- Estimativa do custo total da obra e custo por especialidades, baseado em quantidades e qualidades dos trabalhos necessários à sua execução, devendo ser adoptadas as normas europeias e portuguesas em vigor ou as especificações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- Documento comprovativo da prestação de caução
- Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de setembro
- Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra e pelo diretor de obra
- Número do alvará, ou de registo, ou número de outro título habilitante emitido pelo InCI, I. P. que confira habilitações adequadas à natureza ou valor da obra
- Livro de obra, com menção de termo de abertura
- Plano de segurança e saúde
- Projeto de contrato de urbanização, (quando exista)
- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º
- Projeto de condicionamento acústico e termo de responsabilidade do respetivo técnico
- Extratos das plantas de ordenamento e condicionantes do PDM e ortofotomapa, com indicação da localização da pretensão

Enquadramento legal

- * Regulamento municipal da urbanização e edificação, disponível para consulta no Portal do Município, em www.cm-melgaco.pt
- * Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais, disponível para consulta no Portal do Município, em www.cm-melgaco.pt
- * Regulamento municipal de taxas de urbanização e edificação, disponível para consulta no Portal do Município, em www.cm-melgaco.pt
- * Regime jurídico da urbanização e edificação, na redação atual
- * Decreto-lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, na redação atual
- * Portaria n.º 235/2013 de 24 de julho, na redação atual
- * Regulamento Geral de Ruído, na redação atual
- * Plano Diretor Municipal, na redação atual

RESERVADO AOS SERVIÇOS

- Verifiquei a identificação do requerente, pelo CC apresentado
- Verifiquei os elementos instrutórios assinalados com

Observações _____

Data _____ O funcionário _____

Melgaço,

Pede deferimento,

O Requerente,
